

Salve as crianças? Ações da extrema-direita no Brasil e nos EUA

Estivalet, Anelise Gregis  ¹

Dvoskin, Gabriel  ²

RESUMO

Este artigo analisa as práticas dos movimentos antigênero que circulam no Brasil e nos Estados Unidos da América (EUA), particularmente no âmbito educacional. O objetivo deste artigo é determinar as regularidades e singularidades destes movimentos. Especificamente, analisamos as práticas que são mobilizadas na esfera política sobre gênero e sexualidade e o papel que é atribuído à instituição escolar nessas questões. Para tanto, realizamos uma análise comparativa sobre as práticas realizadas nos dois países, entre 2018 e 2023. Por fim, concluímos que o discurso antigênero no Brasil e nos EUA partilha com o discurso religioso seus preceitos relativos às questões de gênero e sexualidade. Contudo, o discurso atual destes movimentos não se posiciona alicerçado no discurso religioso. Em vez disso, apela para este discurso como mecanismo de estabelecimento de legitimidade e como forma de atrair um público mais vasto.

Palavras-chave: educação sexual; movimentos antigênero; Brasil; Estados Unidos da América.

Save the Children? Far-right actions in Brazil and the USA

ABSTRACT

This article analyzes the practices of anti-gender movements circulating in Brazil and the United States of America (USA), particularly in the educational sphere. The objective of this article is to determine the regularities and singularities of these movements. Specifically, we analyze the practices that are mobilized in the political sphere regarding gender and sexuality and the role that is attributed to the school institution in these issues. To this end, we carried out a comparative analysis of the practices carried out in both countries, between 2018 and 2023. Finally, we concluded that the anti-gender discourse in Brazil and the USA shares its precepts regarding issues of gender and sexuality with religious discourse. However, the current discourse of these movements is not based on religious discourse. Instead, it appeals to this discourse as a

¹ Universidade de Brasília. Professora Colaboradora da Universidade de Brasília. Email: anegregis@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2049488682399835>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0036-6558>.

² Universidade de Buenos Aires. Docente da Universidade de Buenos Aires. Email: gabidvoskin@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0109017973005888>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4765-3717>.

mechanism for establishing legitimacy and as a way of attracting a wider audience.

Keywords: sexual education; anti-gender movements; Brazil; USA.

¿Salva a los niños? Acciones de extrema derecha en Brasil y Estados Unidos

RESUMEN

Este artículo analiza las prácticas de los movimientos antigénero que circulan en Brasil y Estados Unidos de América (EE.UU.), particularmente en el ámbito educativo. El objetivo de este artículo es determinar las regularidades y singularidades de estos movimientos. En concreto, analizamos las prácticas que se movilizan en el ámbito político en torno al género y la sexualidad y el papel que se atribuye a la institución escolar en estas cuestiones. Para ello, realizamos un análisis comparativo de las prácticas llevadas a cabo en los dos países, entre 2018 y 2023. Finalmente, concluimos que el discurso antigénero en Brasil y Estados Unidos comparte sus preceptos en materia de género y sexualidad con discurso religioso. Sin embargo, el discurso actual de estos movimientos no se basa en el discurso religioso. Más bien, apela a este discurso como mecanismo para establecer legitimidad y como forma de atraer a una audiencia más amplia.

Palabras clave: educación sexual; movimientos antigénero; Brasil; Estados Unidos de América.

INTRODUÇÃO

Durante a última década do século XX e a primeira década do século XXI, vimos as políticas de gênero e sexualidade começarem a ser abordadas num contexto transnacional, entre democracias na Europa, na América do Norte e na América Latina. Observamos isto não apenas no maior espaço que lhes foi concedido nos meios de comunicação social e na emergência de novos grupos sociais que centraram as suas reivindicações nestas questões - como os movimentos 'Ni Una Menos' e 'Me Too', que surgiram na América do Sul e nos Estados Unidos da América (EUA), respectivamente, mas também na adoção e implementação de leis e políticas públicas relacionadas a essas questões (Careaga Perez, 2019).



REVISTA
interritórios

Interritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262279 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262279>

A circulação dessas questões na esfera pública deu visibilidade às discussões sobre as desigualdades materiais e simbólicas que afetam as diferenças de gênero, antes silenciadas ou relegadas à áreas muito restritas (Radi; Pagani, 2021). Na primeira fase, estas alegações de desigualdade estavam geralmente associadas às questões de saúde, casos de abuso ou violência física. No entanto, hoje em dia, também existem aspectos de gênero e sexualidade que estão ligados à identidade, prazer e autonomia (Dvoskin, 2021).

A maior proeminência destas questões nas agendas social e política³ ganhou força com a (re)emergência de movimentos antigênero (Kuhar; Zobec, 2017; Morán Faúndes et al., 2017; Moragas, 2020). Esses movimentos⁴ questionaram os avanços dos direitos sexuais e reprodutivos alcançados nas últimas décadas, como a legalização ou pressão pela igualdade no casamento em países como França, Argentina, Brasil, Colômbia, México e Uruguai, a inclusão da sexualidade como tema obrigatório nos currículos educacionais em diferentes países da América Latina e a legalização do aborto na Argentina, Colômbia e Uruguai. A natureza da oposição a estes acontecimentos varia de acordo com o país ou região no qual se manifesta ou de acordo com o tema em questão, mas o principal argumento que movimentos deste tipo articulam⁵ é a recusa em permitir que o Estado intervenha na vida privada das pessoas (Campana, 2020; Vaggione, 2013).

Este argumento ganha ainda mais notoriedade quando a discussão é sobre educação sexual nas escolas. Nestes casos, a expressão “ideologia de

³ Como veremos ao longo deste artigo, a grande notoriedade destas questões tanto a nível social como político manifestou-se, por um lado, nas políticas públicas sancionadas e, por outro, na diversidade de movimentos sociais que tratam destas questões. Para uma abordagem mais detalhada, pode-se ler Felitti; Prietto (2018).

⁴ O discurso sobre “ideologia de gênero” ganhou força na Europa após a publicação do livro “Lexicon”, em 2003. Diferentes manifestações começaram a aparecer, primeiro na Espanha em 2004 e, posteriormente, em países como Croácia (2006), Itália (2007) e Eslovênia (2009). O ano de 2012 foi, então, o divisor de águas desses movimentos que passaram a adquirir caráter de mobilizações de massa. Entre 2012 e 2017, foram registrados vários protestos na França (2012-2013), Itália (2013), Eslovênia (2014-2015), Croácia (2013), Eslováquia (2015) e Romênia (2017). No que diz respeito ao tema da educação sexual nas escolas, data de 2006, o início de uma discussão na Croácia sobre o tema (Kuhar, 2015). Da mesma forma, começaram em 2011, na França, discussões sobre a inclusão da temática de gênero nos manuais escolares (Béraud, 2015).

⁵ Temos consciência de que os movimentos que se opõem a este tipo de políticas não constituem um grupo homogêneo. Contudo, nesta pesquisa interessa-nos focar nos aspectos que articulam suas diferenças, para que sejam apresentadas como um discurso unificado.



gênero” é utilizada como um signo que encapsula uma variedade de significados que questionam e rejeitam a implementação deste tipo de política (Kováts; Pöim, 2015). A inclusão da sexualidade como tema obrigatório nos currículos educativos abre discussões não só sobre gênero e sexualidade, mas também sobre quais funções sociais a escola deve cumprir enquanto uma instituição das sociedades ocidentais modernas (Lopes Louro, 2018).

Para tanto, neste artigo, por meio da análise de relatórios e de notícias veiculadas nos sites institucionais, seja no âmbito municipal, estadual ou federal, de Brasil ou EUA, investigamos os discursos recentes dos movimentos antigênero nos dois países, com foco nos acontecimentos ocorridos entre 2018 e 2024.

Assim, este artigo está organizado da seguinte forma: na próxima seção, apresentamos um breve histórico de como o termo “ideologia de gênero” desenvolveu-se, particularmente com relação às políticas de educação sexual. Nas seções seguintes, fazemos uma retomada histórica, apresentando especificidades de como se deu este processo, tanto na América Latina como nos Estados Unidos da América. Na terceira parte, abordamos como os movimentos antigênero tem atuado no Brasil e nos EUA. E, na última seção do artigo, nos dedicamos às considerações finais.

Ideologia de gênero?

Na América Latina, a utilização da “ideologia de gênero” como termo de oposição existe desde o final da década de 1990 em países como Peru, Costa Rica e Colômbia. No caso da Argentina, o termo vem sendo utilizado (desta forma) desde a primeira metade da década de 2000, enquanto no Brasil o termo raramente foi utilizado até 2007 (Corrêa; Kalil, 2020). Na Europa, a “ideologia de gênero”, que em alguns países é chamada de “teoria de gênero” ou ‘genderismus’ (países de língua alemã) conota muito mais do que apenas resistência ao casamento igualitário. Por nunca estar claramente definido, o seu significado é difícil de definir, o que facilita a sua utilização por diferentes movimentos ligados, na maioria dos casos, à extrema direita. A impressão que resulta desse tipo de uso é que se trata de uma alusão a algum tipo de teoria da conspiração. Assim, a “ideologia de gênero” funciona como um “significante vazio” (Mayer; Sauer, 2017) que pode ser considerado tudo e qualquer coisa, englobando temas que vão desde a igualdade no casamento e a educação



REVISTA
interritórios

Interritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262279 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262279>

sexual, até os direitos reprodutivos e o aborto (Kuhar; Zobec, 2017). O termo tem sido utilizado em diferentes países como uma ferramenta política para gerar medo com base em informações falsas que distorcem as práticas pedagógicas que são feitas em torno do gênero nas escolas. Para Junqueira (2018), a ideologia de gênero é, portanto, um slogan poderoso, que em muitos países pode inflamar a arena política e desencadear manifestações violentas contra políticas sociais, reformas legais e atividades de ensino destinadas a promover os direitos sexuais, desvirtuando o combate ao preconceito, à discriminação (hetero) sexista e a prevenção da violência.

Nesse sentido, podemos identificar pelo menos duas estratégias discursivas que vêm sendo utilizadas para estabelecer o que chamamos de “pânico moral”: a primeira é o fichário simbólico e a segunda é o significante vazio (Laclau, 2013). Kuhar e Zobec (2017), que analisaram casos europeus em que o “gênero” foi interpretado de forma multidimensional como o inimigo, observam que o termo acaba por ser moldado de diferentes maneiras para se adequar ao objetivo concreto de um protesto político. Assim, quando o conceito de gênero, desenvolvido no mundo acadêmico pelos estudos feministas, é introduzido num espaço político conservador ou ultraconservador, perde o seu carácter científico e transforma-se em algo que por si só não significa nada e é, portanto, passível de significar qualquer coisa, dependendo do tipo de ataque político que alguém queira fazer contra este ou aquele adversário. Uma nova narrativa é então construída a partir de um fichário simbólico. Com isso, outras expressões ou gatilhos que podem ajudar na criação de um pânico moral (Barzotto; Seffner, 2020) são atribuídos e anexados ao conceito de ‘gênero’.

Esses discursos fortalecem o sentimento de pânico moral, que funciona como mecanismo de resistência a materiais educativos e pedagógicos que trazem informações sobre doenças sexualmente transmissíveis, desigualdades sociais, questões de gênero, homofobia, feminicídio, racismo e uso de drogas (lícitas e ilícitas). Portanto, o termo ‘ideologia de gênero’, que em si é desprovido de significado, é inflado como forma de estabelecer esse pânico moral generalizado (Moura; Silva, 2020).

Quando esta estratégia é utilizada e amparada, muitas vezes, no discurso religioso, esse passa a competir com a ciência e a se opor e desqualificar o discurso científico. Isto cria um choque entre religião e ciência, visto que o discurso religioso utiliza uma linguagem que implica bom senso e dicotomias simplistas que reduzem questões complexas a falsas alternativas,



além de recorrerem às polarizações existentes no campo político para introduzi-las e reforçá-las no campo educacional (Penna, 2017).

Segundo Kóváts e Põim (2015), a expressão “ideologia de gênero” não teve origem em movimentos de extrema direita, mas esses facilmente a adotaram. As crises econômicas e as medidas de austeridade encorajaram protestos antigênero, não só na Europa, mas também na América. Estes movimentos surgem da insatisfação das pessoas com a corrupção entre as elites, sendo que as pessoas acabam por atacar os direitos das minorias, usando-as como bodes expiatórios. Embora estes atores possam não estar conscientes das origens religiosas do termo “ideologia de gênero”, o discurso em torno deste termo ressoa frequentemente nas ideias e críticas religiosas ao gênero. Isto pode incluir esforços para derrubar o legado de Maio de 1968 ou para defender a soberania nacional contra a interferência neocolonial da Europa Ocidental ou dos EUA.

Nesse sentido, os movimentos antigênero utilizam estas estratégias discursivas (Wodak, 2015) como uma ferramenta para a retórica de extrema direita em que a vítima e o perpetrador são invertidos, as minorias são usadas como bodes expiatórios e as teorias da conspiração são construídas e compartilhadas. Sua política depende da “política do medo” e da “arrogância da ignorância”. De uma binária e antagonista perspectiva do “nós” x “eles”, esta ideologia considera a existência de dois grupos na sociedade: as “pessoas puras” ou “cidadãos de bem” (Brasil) e as “elites corruptas” (Mudde, 2007).

O termo “ideologia de gênero” foi definido como “um final sombrio que cria um senso comum capaz de atingir um grande público” (Amaya, 2017). O perigo que a “ideologia de gênero” representa para uma determinada sociedade pode ser adaptado a diferentes países ou regiões, através do emprego de várias declarações que geram desconforto e agitam o público. Mencionamos casos em que o termo tem sido associado ao “comunismo” na Rússia e na Alemanha, à “pedofilia” na Polónia, à dominação colonial na Hungria, ao “Islã” na Áustria e às FARC na Colômbia (Kováts; Põim, 2015; Careaga Pérez, 2019). No caso do Brasil, está associado não apenas ao 'comunismo', mas também a uma notícia falsa produzida em massa durante as eleições de 2018 que afirmava que o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Fernando Haddad, estaria distribuindo mamadeiras com mamilos de formato fálico em creches como parte de um plano para “destruir a família”. Miguel (2016), observa que a posição do movimento antigênero pode ser definida como o apoio à primazia autoritária dos direitos dos pais sobre os



direitos republicanos dos estudantes, uma vez que a liberdade do direito dos pais de tomar decisões sobre os seus filhos é considerada mais importante do que a liberdade das crianças no que se refere ao direito à educação. Podemos ver a prova da afirmação de Miguel no slogan de um desses movimentos, que é “meus filhos, minhas regras” (Penna, 2017), “Con mis hijos no te metas” (Peru e Argentina) e “Direitos dos Pais na Educação” (EUA). Nesse sentido, percebe-se um esvaziamento do direito público frente ao direito privado, quando a expressão “ideologia de gênero” é utilizada num esforço proclamado para “proteger as crianças” de certos perigos.

Retomada histórica

O caso latino-americano

Nos países latino-americanos, a educação sexual faz parte da agenda social e política como tema de discussão há décadas (Faur, 2012; Morgade, 2017). Aqueles que apoiam sua inclusão no currículo escolar baseiam sua posição num paradigma de direitos humanos, que incorpora uma visão integral da sexualidade e um paradigma de perspectiva de gênero. No entanto, as ações e políticas implementadas nestes países tiveram efeitos muito diferentes. Báez e González del Cerro (2015), observam como essas medidas foram enquadradas de diferentes maneiras: prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e da gravidez na adolescência como um direito fundamental, por um lado; e a problematização das relações de poder características de uma trama sócio-histórica específica, por outro.

O primeiro quadro baseia-se no modelo biológico de educação sexual (Felitti, 2011). Centra-se na necessidade de prevenir os riscos da sexualidade na adolescência, um período da vida visto como “ameaçado” pela gravidez indesejada, pela transmissão de doenças e, quando articulado num paradigma de direitos humanos, pelo abuso sexual/físico e pela violência baseada no gênero.

O segundo enquadramento centra-se em questionar e dismantelar as relações de poder que emergem na rede social existente na sociedade (Barrancos, 2017). Seu principal objetivo é revelar as desigualdades simbólicas e materiais que cortam as diferenças transversais de gênero na sociedade. No entanto, dentro deste enfoque, podemos encontrar certas tensões e contradições em torno do que se entende por “perspectiva de gênero”. Alguns



REVISTA
interritórios

Interritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262279 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262279>

programas concebem as relações de gênero no contexto de uma desigualdade social que precisa de ser questionada (Lakoff, 2004), outros veem o gênero como uma categoria descritiva que ajuda a explicar as diferenças entre homens e mulheres, o que mantém a heteronormatividade (Tannen, 1994).

A educação sexual tem sido um tema de interesse público na região latino-americana. O discurso dos direitos humanos foi fundamental para instalar a noção de sexualidade integral e estender o campo biomédico à outras dimensões (social, histórica, política, econômica, ética, psicológica e cultural). No entanto, o discurso da prevenção tem sido o principal argumento para justificar a inclusão do tema da sexualidade no currículo escolar e tem-se refletido nos materiais produzidos para a sua implementação no contexto da prática pedagógica (Dvoskin 2017).

Por um lado, as iniciativas desenvolvidas proporcionam uma extensão dos direitos em termos de gênero e sexualidade, colocando o foco na responsabilidade individual dos jovens sem considerar o contexto social e cultural em que seu comportamento origina, gerando uma mera ilusão de liberdade e autonomia em torno do comportamento individual.

Por outro lado, os avanços na expansão dos direitos sexuais e reprodutivos na América Latina encontraram um aumento correspondente nos movimentos de resistência. Os atores centrais destes movimentos continuam a ser organizações religiosas que veem suas visões de mundo tradicionais ameaçadas por estes novos direitos sexuais e reprodutivos (Vaggione, 2013). O avanço contínuo do evangelismo na região tornou as instituições evangélicas interlocutoras dos governos nacionais. Os expoentes do evangelismo manifestaram-se publicamente contra a inclusão da educação sexual nos currículos escolares e diferentes grupos surgiram em oposição à educação sexual, entre os quais os mais notáveis são o 'Con Mis Hijos No Te Metas' e o 'Escola sem Partido'⁶. Seus esforços para restringir a circulação de questões de gênero e sexualidade na esfera privada recebem o apoio das forças neoliberais, que procuram dar prioridade aos direitos individuais (Faur, 2020).

No entanto, a par de atores religiosos, estes movimentos também incluem advogados, responsáveis políticos e especialistas na área da saúde reprodutiva, adquirindo um carácter (socialmente mais) heterogêneo, com uma sobreposição entre o religioso e o secular (Morán Faúndes et al., 2017).

⁶ Para uma abordagem mais detalhada sobre o Escola sem Partido, pode-se ler Estivalet (2021).



O caso estadunidense e a Santa Sé

A relação entre educação e sexualidade tem seus primeiros registros nos EUA no governo Reagan. A aprovação da Lei da Vida Familiar do Adolescente (AFLA) remonta a 1981. Neste contexto, a década de 1990 foi marcada pelo então surgimento da expressão “ideologia de gênero” apoiada pela ala conservadora da Igreja Católica, no âmbito da Pontifício Conselho para a Família, da Congregação para a Doutrina da Fé, anteriormente conhecida como Santa Inquisição Romana e Universal. Como reação aos movimentos feministas, a expressão foi formulada por grupos católicos neofundamentalistas que afirmavam que as visões feministas atingiam a “família cristã tradicional”. Os primeiros ataques do Vaticano e dos seus aliados ao “gênero” tiveram impacto nas Conferências do Cairo (1994) e de Pequim (1995). Soma-se a isso a grande influência que as feministas latino-americanas tiveram nessas conferências, mobilizadas pelo processo de redemocratização, principalmente ao orientar uma agenda de gênero.

Ao promover agendas conservadoras em 1996, a administração Clinton – sob a égide da reforma da segurança social – estabeleceu a promoção de políticas de abstinência. Esta política já representava um estreito alinhamento com a religião e as atitudes antidemocráticas, configurando um processo que tentava impor os pontos de vista morais de uma pequena parcela da população. Na década de 2000, houve um aumento de US\$ 50 milhões para programas de abstinência até o casamento, programas esses voltados para adolescentes de 12 a 18 anos. Estima-se que a percentagem de professores que ensinavam a abstinência como única forma de prevenir a gravidez ou Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) saltou de apenas 2%, em 1988, para 23%, em 1999. Somado a isso, a educação sobre a abstinência negava aos jovens a liberdade de expressão e informação, limitando seu acesso aos serviços de saúde. Além disso, desencorajava o uso de contraceptivos entre os jovens, ao discutir métodos modernos enfatizando suas falhas e taxas de risco (muitas vezes exageradas) e censurando informações sobre o uso correto e eficácia.

Foi ainda na década de 2000 que a expressão “ideologia de gênero” apareceu, novamente, num documento da Cúria Romana intitulado “Família, Casamento e Uniões de Fato”. Junqueira (2017) cita outros documentos católicos que utilizaram a expressão posteriormente e destaca o papel de



REVISTA
interritórios

Interritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262279 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262279>

Joseph Aloisius Ratzinger antes e durante o período de seu papado (2005-2013) no termo “viralização”, que passou a ser utilizado de forma transnacional no movimento antigênero.

Em 2001, durante a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), os delegados dos EUA trabalharam com a Santa Sé em inúmeras tentativas de incluir nos textos finais a linguagem da promoção da abstinência, excluindo outras formas de educação sexual. Em busca de aprovação, os EUA aliaram-se a países como Sudão, Líbia, Egito, Síria, Irã e Uganda, adotando documentos deste último como referência, inclusive. Outras incisivas continuaram a ocorrer nos anos seguintes.

Mais recentemente, com a ascensão de Donald Trump ao poder e em oposição a movimentos como o Black Lives Matter, multiplicaram-se teorias da conspiração sustentadas por iniciativas como o QAnon, que concentra mulheres jovens e brancas de pequenas localidades suburbanas, muitas vezes mães, que passam a atuar em movimentos tais como o “Save the Children”, que estimula falsos temores relacionados ao tráfico sexual infantil por meio de histórias inventadas, infográficos em tons pastel⁷ e campanhas com hashtags.

Seguindo na onda conservadora, em 2022, a Suprema Corte dos EUA, que contou com a indicação de 3 membros indicados por Donald Trump, entre 2017 e 2020, derrubou a decisão do caso Roe contra Wade, que perdurava desde 1973, fazendo com que estados passassem a definir se permitem ou não a interrupção da gravidez.

Em fevereiro de 2023, em meio aos anúncios veiculados durante o Super Bowl, foi exibido o comercial do “He Gets Us”, justificado como uma campanha promovida, principalmente, pelas igrejas evangélicas para atrair o público jovem. No entanto, a campanha tem como principais financiadores grupos que apoiam legislações anti-LGBTQIA+ e antiaborto. Embora o “He Gets Us” diga que não está ligado a nenhuma ideologia cristã específica, possui laços teológicos com práticas evangélicas, bem como com práticas financeiras. Em geral, o evangelismo cristão está intimamente ligado ao conservadorismo e é uma força extremamente influente na política americana. No site de divulgação do “He Gets Us”, destinado às igrejas e profissionais de marketing que desejam interagir com a campanha, a organização reafirma o

⁷<https://www.theatlantic.com/technology/archive/2020/08/how-instagram-aesthetics-repackage-qanon/615364/>.



Pacto de Lausanne⁸. O Pacto de Lausanne, que data de 1974, é um documento unificador das igrejas cristãs evangélicas, visto que o próprio movimento de Lausanne foi iniciado pelo líder evangélico da Igreja Batista, Billy Graham. Documentos e decisões que surgiram das cimeiras do movimento centraram-se fortemente no impacto do “diabo” e do pecado nas culturas nacionais, condenando a “idolatria da sexualidade desordenada”.

Educação sexual e movimentos antigênero: entre a censura literária e os direitos estudantis

Pouco mais de 90 anos nos separam do 10 de maio de 1933, quando montanhas de livros queimados acumularam-se nas praças alemãs. A data marcou o auge da perseguição dos nazistas aos intelectuais e a tudo que fosse crítico ou desviasse dos padrões impostos pelo regime nazista. Baseada na crença pré-histórica do poder purificador do fogo, a então República de Weimar pretendia destruir os fundamentos filosóficos e científicos por ela tão odiada, sob o olhar da burguesia que apenas preocupou-se em distanciar-se dos acontecimentos.

As táticas dos movimentos antigênero utilizam um estratagema característico do discurso fascista: a inocência perseguida, que se refere à existência de uma ameaça potencial, constante e real. Segundo Adorno (2015), essa distorção tem dois propósitos: o primeiro propósito é nomear o suposto perigo como uma ameaça para todos; e a segunda é retratar a agressividade que é utilizada contra esta ameaça como forma de autodefesa. Neste sentido, podemos considerar que o objetivo destes movimentos é inviabilizar o debate no espaço público sobre a equidade de gênero e a diversidade sexual, reiterando a naturalização da desigualdade de gênero e da heteronormatividade, o que, em última análise, levará à continuação de práticas discriminatórias tanto na escola como na sociedade em geral. Tal como ocorreu na Alemanha nazista, as ações da extrema-direita, tanto nos EUA quanto no Brasil, demonstram uma aversão ao intelectualismo que se

⁸ O documento do Pacto de Lausanne pode ser acessado em: <https://lausanne.org/wp-content/uploads/2021/10/Lausanne-Covenant-%E2%80%93-93-Pages.pdf>. Acesso em 31 de março de 2024.



reflete, tanto no banimento de livros, quanto na diminuição do financiamento das bibliotecas públicas.

Assim, o fundamentalismo mercantil une forças com o fundamentalismo religioso e avança em direção à intolerância, e até nega os princípios liberais, à semelhança do nazismo e do fascismo. Os movimentos antigênero rejeitam a ideia de que o ato de educar é parte intrínseca da ação docente e negam aos estudantes a capacidade de desenvolver uma leitura crítica da realidade, impedindo-os de se constituírem como atores sociais.

O ódio aos livros e ao que eles representam ecoa atualmente tanto no Brasil quanto nos EUA e em outros países. Em 2018, uma escola carioca retirou de sua lista de leituras o livro “Meninos Sem Pátria” (2019), de autoria de Luiz Puntel, que trata da repressão ocorrida durante a ditadura militar brasileira, baseada em acusações de “doutrinação ideológica” feitas pelos pais dos alunos. Marcelo Crivella, então prefeito da cidade do Rio de Janeiro, mandou recolher da Bienal do Livro de 2019 todos os exemplares de uma história em quadrinhos que continha uma cena de beijo gay. Recentemente, o livro “O Averso da Pele”, de Jeferson Tenório, que trata de temas como racismo e violência policial, foi recolhido de escolas dos estados do Paraná, Goiás e Mato Grosso do Sul sob a justificativa de que, supostamente, o livro trazia conteúdo sexual impróprio para jovens.

No final de 2023, a Secretaria de Educação de Santa Catarina determinou a retirada de circulação de nove obras da rede pública de ensino do estado sem qualquer justificativa. Vejamos abaixo quais são as obras e os respectivos autores:

Quadro 1: Livros retirados de circulação pelo governo de SC

Obra	Autor(es)
A Química entre nós	Larry Young e Brian Alexander
Coração Satânico	William Hjortsberg
Donnie Darko	Richard Kelly
Ed Lorraine Warren: Demonologistas – Arquivo sobrenaturais	Gerald Brittle
Exorcismo	Thomas B. Allen
It: A Coisa	Stephen King
Laranja Mecânica	Anthony Burgess
Os 13 Porquês	Jay Ascher



O Diário do Diabo: Os segredos de Alfred Rosenberg, o maior intelectual do nazismo	Robert K. Wittman e David Kinney
--	----------------------------------

Fonte: Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina.

Seguindo em Santa Catarina, recentemente, uma prefeita gravou um vídeo encenando o arremesso de dois livros didáticos em uma lixeira. Os livros eram: "As melhores do analista de Bagé", de Luís Fernando Veríssimo, e "Aparelho sexual e cia", de Philippe Chappuis e Helene Bruller. Coincidentemente, o livro "Aparelho sexual e cia"⁹ é o mesmo título utilizado por Jair Bolsonaro durante entrevista para o Jornal Nacional, em agosto de 2018, durante a campanha eleitoral para presidência da república. Na oportunidade, Bolsonaro afirmou que a obra fazia parte do "Escola Sem Homofobia", programa então chamado de "kit gay" por deputados conservadores.

Ainda que no Brasil pós-ditadura militar o fenômeno da proibição de livros tenha se intensificado pós 2013, culminando com a ascensão da extrema-direita ao poder em 2019, a mesma proibição também não é novidade nos EUA, apesar de ter explodido durante o macarthismo, no início dos anos 1980. Contudo, ainda que esta guerra cultural tivesse arrefecido por algum tempo, esse tipo de prática expandiu-se drasticamente a partir do ano letivo de 2021-2022. De julho a dezembro de 2022, a PEN¹⁰ América encontrou 1.477 ocorrências de livros banidos, afetando 874 títulos. De acordo com a PEN América, a maior parte dos livros banidos abordam questões de gênero, sexualidade e raça. As proibições ocorreram em 37 estados, com Texas, Flórida, Missouri, Utah e Carolina do Sul liderando, de acordo com o último relatório "Banidos nos EUA"¹¹ da PEN América. O ano letivo 2022-2023, registrou os seguintes 11 livros "mais proibidos":

⁹ O livro, destinado às crianças e adolescentes de 9 a 13 anos, fala sobre amor e sexo de modo pedagógica e aborda questões como: "O que é estar apaixonado?", "Como nascem os bebês?", "O que é transar?", "O que é beijar na boca?".

¹⁰ PEN originalmente significava "Poetas, Ensaístas e Novelistas" e foi fundada em Londres em 1922.

¹¹ O relatório "Banidos nos EUA" pode ser acessado em: <https://pen.org/report/banned-in-the-usa-state-laws-supercharge-book-suppression-in-schools/>. Acesso em 31 de março de 2024.



Quadro 2: Os 11 livros mais proibidos nos EUA (2022-2023)

Obra	Autor(es)
Gender Queer: A Memoir	Maia Kobabe
Flamer	Mike Curato
Tricks	Ellen Hopkins
The Handmaid's Tale: The Graphic Novel	Margaret Atwood and Renee Nault
Crank	Ellen Hopkins
Sold	Patricia McCormick
Push	Sapphire
A Court of Mist and Fury	Sarah J. Maas
This Book Is Gay	Juno Dawson
The Bluest Eye	Toni Morrison
Milk and Honey	Rupi Kaur

Fonte: PEN América

Mas nem só do banimento de livros vivem os grupos de pais e mães conservadores formados em 2021, após a derrota de Donald Trump. Esses grupos, como o *Moms for Liberty* (Mães por Liberdade), *Parents Defending Education* (Pais Defendendo a Educação) e *No Left Turn in Education* (Sem Giro à Esquerda na Educação), tal como no Brasil, tem se expandido para além dos conselhos escolares, impulsionando novas leis estaduais que buscam censurar ideias e materiais nas escolas públicas. Na Flórida, por exemplo, o *Moms for Liberty* (M4L) teve papel fundamental na aprovação do pacote de Leis “Let Kids Be Kids” (2023) que, entre outras, ampliou a Lei dos Direitos dos Pais na Educação da Flórida (2022), popularmente conhecida como “Dont’t Say Gay”, proibindo o ensino sobre orientação sexual ou identidade de gênero nas salas de aula do ensino fundamental ao médio, que anteriormente abrangia o público até a 3ª série. À época da aprovação da “Dont’t Say Gay”, o ex-CEO da Disney, Bob Chapek, criticou publicamente o projeto de lei, iniciando um conflito com o governador da Flórida, Ronald DeSantis. DeSantis então revogou a capacidade da empresa de autogovernar as terras onde a Disney World opera na Flórida, gerando perdas financeiras para a empresa. Em sua incisiva, o governador da Flórida, justificou suas decisões acusando a Disney de sexualizar as crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



REVISTA
interritórios

Interritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262279 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262279>

Neste artigo caracterizamos algumas das práticas que no Brasil e nos EUA contribuíram para frear a expansão dos direitos relativos às questões de gênero e sexualidade no âmbito educacional. Esta resistência emprega a retórica de um ponto de vista de senso comum que promove uma concepção estritamente biológica da sexualidade, um paradigma que mantém uma classificação binária de gênero. Ao mesmo tempo, a discussão das políticas de educação sexual nas escolas faz dos pais os principais destinatários. A principal estratégia utilizada para alcançá-los envolveu o despertar do medo e do pânico moral, ferramenta que une diversos setores da sociedade que normalmente não são atraídos pelo discurso religioso. Este pânico moral é construído reduzindo as questões de gênero e sexualidade às consequências indesejadas da atividade sexual, tais como a transmissão ISTs, gravidez indesejada ou o aborto. Esta redução utiliza o discurso antigênero para apresentar a educação formal como uma ferramenta para prevenir estas circunstâncias indesejadas e omitir qualquer conteúdo relacionado com o gênero que questione a ordem social dominante. Na verdade, a educação sexual restringiria-se ao direito de prevenir consequências.

Consequentemente, o discurso dos movimentos antigênero no Brasil e nos EUA vê o conhecimento escolar como mera informação. Esta representação permite a reprodução de um modelo pedagógico no qual o professor deve transmitir conteúdos aparentemente neutros, validados cientificamente, que o aluno deve ingerir e reproduzir sem reflexões/interpretações críticas. Isto estabelece uma oposição entre ciência e ideologia: uma está do lado da verdade, da objetividade e da transparência; enquanto a outro está do lado da mentira, da manipulação e da doutrinação.

Com efeito, de acordo com o quadro teórico que apresentamos no início do artigo, podemos concluir que as práticas antigênero no Brasil e nos EUA partilham com o discurso religioso seus preceitos relativos às questões de gênero e sexualidade. Contudo, o discurso da extrema-direita não se posiciona alicerçado no discurso religioso. Em vez disso, apela a este discurso como mecanismo para atribuir legitimidade aos seus argumentos e como forma de atrair um público mais vasto. O discurso atual do movimento também é aplicado e utilizado para dar legitimidade às novas configurações nas disputas em torno de questões de gênero e sexualidade na América Latina (Careaga



Pérez, 2019) e se junta a uma rede de movimentos antigênero que também prevalecem no hemisfério norte (Kuhar, Zobec, 2017).

As práticas dos movimentos antigênero revelam uma mentalidade que procura anular a diferença, principalmente porque rejeita os direitos das minorias políticas na sociedade atual. Assim, retrata um personagem que além de ideológico (uma ideologia que é entendida como algo ruim e que não seria inerente à natureza humana) está equivocado, não corresponde à verdade e reflete uma intolerância às diferenças, constituindo assim uma ameaça à liberdade e à democracia.

REFERÊNCIAS

Adorno, Theodor. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: Unesp, 2015.

Amaya, José Fernando Serrano. La tormenta perfecta: ideología de género y articulación de públicos. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana** 27: 149-171, 2017.

Barrancos, Dora. Feminismos y agencias de las sexualidades disidentes. In: FAUR, Eleonor. (Ed.). **Mujeres y varones en la Argentina de hoy: Géneros en movimiento**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2017.

Barzotto, Carlos Educarado; Seffner, Fernando. Escola sem Partido e sem gênero: redefinição das fronteiras público e privado na educação. **Rev. FAEEDBA – Ed. e Contemp** 29 (58): 150-167, 2020.

Béraud, Céline, Portier, Philippe. **Métamorphoses catholiques: Acteurs, enjeux et mobilisations depuis le mariage pour tous**. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2015.

Campana, Maximiliano. **Políticas antigênero en América Latina: Argentina**. Brasil: Género & Política en América Latina, 2020.

Careaga Pérez, Gloria. **Sexualidad, religión y democracia en América Latina**. México: Universidad Autónoma de México, 2019.

Corrêa, Sonia; Kalil, Isabela. **Políticas antigênero en América Latina: Brasil**. Rio de Janeiro: Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), 2020.



REVISTA
interritórios

Interritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262279 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262279>

Dvoskin, Gabriel. El discurso de la Educación sexual en la Argentina: Sentidos legítimos y sentidos silenciados. **Cadernos de Linguagem e Sociedade** 18 (1): 158-177, 2017, <https://doi.org/10.26512/les.v18i1.1572>.

Dvoskin, Gabriel. Between the Urgent and the Emerging: Representations on Sex Education in the Debate for Abortion Legalization in Argentina. **Frontiers in Sociology** 6 (1): 1-13, 2021, <https://doi.org/10.3389/fsoc.2021.635137>.

Estivalet, Anelise G. Neoliberalismo e Conservadorismo: constatações acerca do Movimento Escola sem Partido. **Exlibris** 10: 140-155, 2021.

Faur, Eleonor. **El desafío de la educación sexual**. La Plata: UNIPE, 2012.

Faur, Eleonor. Educación sexual integral e 'ideología de género' en la Argentina. **Forum** 51 (2): 57-61, 2020.

Felitti, Karina. Educación sexual en la Argentina: Políticas, creencias y diversidad en las aulas. In: Marquet, Antonio. (ed.). **Hegemonía y desestabilización: Diez reflexiones en el campo de la cultura y la sexualidad**. México: Fundación Arco Iris and Ediciones EON, 2011.

Felitti, Karina; Prieto, Sol. Configuraciones de la laicidad en los debates por la legalización del aborto en la Argentina: discursos parlamentarios y feministas (2015-2018). **Salud colectiva** 14 (3): 405-423, 2018.

Junqueira, Rogério. A invenção da 'ideologia de gênero': a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política** 18 (43): 449-502, 2018.

Kováts, Eszter, Põim, Maari (eds.). **Gender as Symbolic Glue: The Position and Role of Conservative and Far Right Parties in the Anti-Gender Mobilization in Europe**. Brussels: Fondation for European Progressive Studies and Friedrich-Ebert-Stiftung Budapest, 2015.

Kuhar, Roman. Konec je sveta, kakršnega poznamo: populistične strategije nasprotnikov Družinskega zakonika. **Časopis za kritiko znanosti** 260: 118-132, 2015.

Kuhar, Roman; Zobec, Ales. The Anti-gender Movement in Europe and the Educational Process in Public Schools. **C-E-P-S Journal** 7 (2): 29-46, 2017.

Laclau, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

Lakoff, Robin. **Language and Woman Place. Texts and Commentaries**. New York: Oxford University Press, 2004.



REVISTA
interritórios

Interritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262279 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262279>

Lopes Louro, Guacira. Currículo, género y sexualidad. Lo 'normal', lo 'diferente' y lo 'excêntrico'. **Descentrada** 3 (1): 1-7, 2018.

Mayer, Stefanie; Sauer, Birgit. 'Gender Ideology' in Austria: Coalitions around an Empty Signifier. In: Kuhar, Roman; Paternotte, David (eds.). **Anti-gender Campaigns in Europe. Mobilizing against Equality**. London: Rowman & Littlefield, 2017.

Miguel, Luis Felipe. Da 'doutrinação marxista' à 'ideologia de gênero' – Escola sem Partido e as leis da mordaza no Parlamento brasileiro. **Revista Direito & Práxis** 7 (15): 590-621, 2016.

Moragas, Mirta. **Políticas antigénero en América Latina: el caso de la Organización de los Estados Americanos (OEA)**. Rio de Janeiro: Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), 2020.

Morán Faúndes, Jose Manuel et al. La resistencia a los derechos sexuales y reproductivos. Las principales dimensiones del neo-activismo conservador argentino In Careaga Pérez, Gloria. (ed.). **Sexualidad, religión y democracia en América Latina**. México: Universidad Autónoma de México, 2019.

Morgade, Graciela. Contra el androcentrismo curricular y por una educación sexuada justa. **Revista Internacional de Educación para la Justicia Social** 6 (2): 49-62, 2017.

Moura, Claudia Gonçalves; Silva, Pedro Fernando da. Os estratagemas psicológicos utilizados pelo programa do Movimento Escola sem Partido. **Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp.** 29 (58): 270-289, 2020.

Mudde, Cas. **Populist Radical Right Parties in Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

Penna, Fernando. Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: Frigotto, Gaudêncio (eds.). **Escola 'sem' partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

Radi, Blas; Pagani, Constanza. ¿Qué perspectiva? ¿Cuál género? De la educación sexual integral al estrés de minorías. **Praxis educativa** 25 (1): 1-12, 2021, <https://dx.doi.org/10.19137/praxiseducativa-2021-250116>.

Tannen, Deborah. **Gender and Discourse**. New York: Oxford University Press, 1994.

Vaggione, Juan Marco. **Laicidad y sexualidad**. México: Universidad Autónoma de México, 2013.



REVISTA
interritórios

Interritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262279 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262279>

Wodak, Ruth. **The Politics of Fear: What Right-Wing Populist Discourses Mean**. London: Sage, 2015.

Submissão em 28 de fevereiro de 2024.

Aceite em 07 de maio de 2024.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0

Internacional. Texto da Licença:

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



REVISTA
interritórios

Interritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262279 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262279>